



Carta de João Pessoa

Ao Governador da Paraíba
Exmo. Sr. João Azevedo

As Gestoras e os Gestores Municipais de Assistência Social, reunidas/os com trabalhadoras/es, usuárias/os, conselheiras/os, do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no II Fórum de Gestores Municipais de Assistência Social da Paraíba– sob o tema: “*Assistência Social em pauta: os desafios da Proteção Social em tempos de (re) construção*” apresentam ao Estado da Paraíba uma agenda em defesa do SUAS e de seu aprimoramento.

Esse fórum é resultante de um amplo processo participativo e construtivo com participação de 210 municípios, totalizando mais de 230 participantes coordenado pelo COEGEMAS-PB uma entidade civil, de direito privado, representativa dos Gestores Municipais de Assistência Social do Estado da Paraíba, onde através do fórum, propiciou expressivo debate sobre a atual realidade social brasileira, contemplando as especificidades do nosso estado que elucidam o agravamento das desigualdades, decorrentes da crise econômica, política e social e aprofundadas com emergência da pandemia de Covid19.

O COEGEMAS-PB, aqui em presença e legado assentado em 07 anos dedicados à Política de Assistência Social, é referência política e técnica na construção de conhecimentos, conteúdos e gestão da política pública de assistência social, e nela, do Sistema Único de Assistência Social-SUAS no Estado da Paraíba, conduzido pelos 223 municípios, solicitamos escuta por esse colegiado, para que coletivamente e democraticamente possamos aprimorar essa política e caminhar com mais perspectiva de garantia da Proteção Social para as mais de 1,6 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza do nosso estado representando 41% em proporção da população. Importando destacar que a Paraíba é o 4º Estado do Brasil e o 3º Estado do Nordeste com maior número de famílias na extrema pobreza, ficando atrás apenas dos Estados do Maranhão e do Piauí que se apresentam hoje como os primeiros do País.¹

¹ FONTE: VisDATA – SAGI/MC IBGE (Set/2022)

As organizações, fóruns e frentes de Assistência Social, tem pautado de modo permanente, as consequências dramáticas da Emenda Constitucional nº 95/2016 que congela por 20 anos o teto de investimento com políticas sociais e por consequência o desfinanciamento do SUAS. A queda orçamentária é especialmente acentuada a partir de 2019 e persiste mesmo em anos de grave crise. A pandemia encontrou um sistema de proteção social sucateado e desfinanciado.

O governo Bolsonaro rebaixou, a quase extinção, o orçamento para os serviços socioassistenciais com cortes de 95% (estudo da CNM). Municípios e estados tem sentido os efeitos nefastos desse corte orçamentário, o Pacto Federativo precisa ser cumprido e cada ente federado precisa reconhecer a Assistência Social e o SUAS como direito da Seguridade Social brasileira responsável por viabilizar o acesso aos direitos de cidadania e não como uma política de ajuda, tutela ou compensatória.

O governo de Estado através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, tem avançado na direção da implementação da Política da Assistência Social, resistindo aos desafios e enfrentando todo um processo de construção que, fomentado e apoiado por esse colegiado, tem estabelecido as bases para efetivação dos direitos socioassistenciais. Processo esse, que se inicia pela instituição de dois grandes marcos que são, a criação da Lei Nº 10.546 de 03 de novembro de 2015, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS e a Lei Nº 11.038 de 18 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Política Estadual de Assistência Social no Estado da Paraíba – SUAS-PB.

No que se refere ao Cofinanciamento Estadual, fruto de toda uma movimentação de revisão do marco regulatório e longo período de análise nas comissões da Assembleia Legislativa do Estado, no qual o COEGEMAS atuou efetivamente, nasce em novembro de 2015 o Decreto Estadual Nº 36.389 que estabelece normas que regulamentam a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Assistência Social para os fundos Municipais de Assistência Social.

O cofinanciamento torna-se uma realidade no Estado iniciando no mesmo ano com R\$ 3.000.000, (Três milhões) alcançando gradativamente um aumento que chegou no ano passado a R\$ 6.000.000, (Seis milhões). Hoje vislumbramos a possibilidade concreta do acréscimo de mais 2.000.000, (Dois milhões) chegando assim ao maior recurso cofinanciado fundo a fundo da história da Paraíba, inclusive já previsto na PLOA.

De fato um grande avanço, porém, diante a atual conjuntura e de toda capilaridade que esboça o SUAS condutor da Proteção Social Brasileira, considerando também os estudos elaborados pelo Grupo de Trabalho com membros integrantes da Comissão Bipartite – CIB, que buscou a identificação das reais necessidades de aporte de recursos financeiros para apoiar os

municípios na **gestão** e na oferta de **benefícios e serviços de Proteção Social Básica e Especial de média e alta complexidades**; considerando ainda o porte populacional, observou-se que o recurso necessário a ser aportado, deve ser inicialmente no valor de R\$ 10.000.000,00 (Dez milhões de reais).

Cabe destacar, que através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano o Governo do Estado enfrentou desafios e avançou, apesar de vivenciar um dos momentos mais desafiadores que foi a pandemia da COVID-19.

Ressaltamos a implantação dos núcleos do Serviço de Acolhimento na modalidade de Família Acolhedora e abertura de mais uma Casa Lar, no âmbito da Proteção Especial de Alta Complexidade. Destacamos também, a implementação da política de educação permanente através do CAPACITASUAS+PB, para além da implantação do Sistema de Medidas Socioeducativas em meio Fechado e Aberto e a implantação o Programa Paraíba que consiste na concessão de auxílio financeiro para filhos(as) que ficaram órfãos(ãs) em decorrência da COVID-19 com.

Compreendemos portanto, os desafios de reconstrução de um País dividido, com um orçamento desequilibrado diante a crise econômica, mas, se faz urgente e necessário estreitar o diálogo com os órgãos que defendem, estudam e executam em seu cotidiano Assistência Social e buscar novas estratégias para a melhoria da Política de Assistência Social, para o fortalecimento de um SUAS forte, para uma Paraíba mais justa.

João Pessoa, 06 de dezembro de 2022.